

Em 2013, demos ótimas notícias a 31 mil clientes.

Agora chegou a vez de dar uma excelente notícia ao mercado: nosso balanço é o melhor da história.

É com orgulho que apresentamos os resultados da Brasilcap em 2013. Com crescimento de 62% em relação a 2012, superamos a evolução de todo o mercado de capitalização no mesmo período e mantivemos a liderança no setor pelo 17º ano consecutivo. Também batemos o nosso recorde em prêmios: R\$ 148,9 milhões foram sorteados para 31 mil clientes. A nossa maior satisfação é saber que, a cada ano, milhares de brasileiros realizam seus sonhos com a Brasilcap.

FATURAMENTO	RECORDE HISTÓRICO DE FATURAMENTO	RESERVAS TÉCNICAS	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
R\$ 6,3 bilhões crescimento de 62% em relação a 2012	R\$ 1 bilhão em junho de 2013	R\$ 9,5 bilhões crescimento de 47% em relação a 2012	R\$ 9,8 bilhões
SORTEIO	CLIENTES CONTEMPLADOS	CARTEIRA DE CLIENTES	TÍTULOS ATIVOS
R\$ 148,9 milhões	31 mil	2,4 milhões	6 milhões

BRASILCAP

brasilcap.com.br

SAC e Central de Atendimento: 0800 729 0800 • Ouvidoria: 0800 729 3478
Deficientes Auditivos/Fala: 0800 729 0088 • Internacional a Cobrar: 55 21 3723 0796

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Brasilcap completou 18 anos em 2013, manteve a liderança do setor de capitalização e consolidou a expansão do Cap Fiator pelo País. O título, que funciona como alternativa atraente de garantia locatícia, intensifica negócios para fora do canal Banco do Brasil e continua sua trajetória de crescimento.

O faturamento no período foi de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões, incremento de 62% em relação ao ano anterior - volume que superou a evolução registrada pelo mercado de capitalização. Em junho, a Brasilcap registrou recorde de R\$ 1 bilhão em faturamento. O desempenho ao longo do ano contribuiu para o lucro líquido de R\$ 132,2 milhões. As reservas técnicas atingiram aproximadamente R\$ 9,5 bilhões em 2013, crescimento de 47% em relação ao exercício anterior. O valor dos ativos totais chegou a R\$ 10,4 bilhões, com incremento de 43% em relação ao último ano.

Cabe ressaltar que as reservas da Companhia são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Riscos. Isso garante a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, inclusive levando até os seus vencimentos os títulos marcados nessa categoria, de acordo com os preceitos das Circulares SUSEP nº 430 (2012) e 464 (2013).

A Brasilcap obteve outras vitórias em 2013. A Companhia recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Certificado Empresa Cidadã, conferido

pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ). A Brasilcap também foi lembrada no anuário Valor 1000, do jornal Valor Econômico, como a maior empresa de capitalização do País. Por fim, a Companhia conquistou ainda dois importantes troféus em 2013: Segurador Brasil (Categoria "Segurador Solidário", por suas ações de responsabilidade socioambiental) e Marketing Best 25 Anos (como uma das 40 marcas que mais se destacaram desde que o prêmio foi criado).

O desempenho da Brasilcap se reflete nos prêmios distribuídos, que ajudaram a realizar os sonhos de clientes dos quatro cantos do País. Entre os meses de janeiro e dezembro, foram entregues mais de R\$ 148,9 milhões a aproximadamente 31 mil clientes.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que apoiaram as iniciativas da Companhia, transformando em realidade os nossos projetos. Reservamos um agradecimento especial aos clientes, aos acionistas, à força de vendas do Banco do Brasil, aos novos parceiros e a todos os colaboradores.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Reclassificado	
	2013	2012
CIRCULANTE	7.091.666	5.042.842
DISPONÍVEL	191	2.378
Caixa e Bancos	191	2.378
APLICAÇÕES (Nota 6)	7.064.185	5.036.669
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	16.880	1.237
Creditos das operações de capitalização (Nota 9)	16.880	1.237
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	3.935	519
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	3.905	603
Títulos e créditos a receber	14	34
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	1.743	162
Outros créditos	2.148	407
DESPESAS ANTECIPADAS	2.570	1.436
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.303.149	2.203.740
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.285.065	2.184.636
APLICAÇÕES (Nota 6)	2.709.471	1.712.717
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	575.594	471.919
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	80.216	58.882
Depósito judiciais e fiscais (Nota 11)	495.378	413.037
INVESTIMENTOS	1.272	1.293
Imóveis destinados a renda	227	248
Outros investimentos	1.045	1.045
IMOBILIZADO (Nota 13)	8.625	8.638
Imóveis de uso próprio	258	248
Bens móveis	8.099	8.024
Outras imobilizações	268	366
INTANGÍVEL (Nota 13)	8.187	9.173
Outros intangíveis	8.187	9.173
TOTAL DO ATIVO	10.394.815	7.246.582

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações em Reais)

	Reclassificado	
	2013	2012
RECEITAS LÍQUIDAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	960.970	636.210
Arrecadação com título de capitalização	6.269.642	3.864.822
Variação da provisão para resgate	(5.308.672)	(3.228.612)
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	(5.116)	(40.557)
Resultado com outras provisões técnicas	(5.116)	(40.557)
RESULTADO COM SORTEIO	(244.808)	(138.538)
CUSTO DE AQUISIÇÃO (Nota 18)	(433.831)	(260.472)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 18)	(752)	(2.514)
Outras receitas operacionais	3.700	2.793
Outras despesas operacionais	(4.452)	(5.307)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 18)	(72.288)	(75.632)
Pessoal próprio	(31.199)	(32.731)
Serviços de terceiros	(15.855)	(18.243)
Localização e funcionamento	(18.048)	(16.081)
Publicidade e propaganda	(2.504)	(4.062)
Publicações	(699)	(740)
Donativos e contribuições	(7.353)	(3.324)
Despesas administrativas diversas	3.370	(451)
DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 18)	(37.463)	(24.771)
RESULTADO FINANCEIRO	58.560	182.992
Receitas financeiras (Nota 18)	634.895	609.544
Despesas financeiras (Nota 18)	(576.335)	(426.552)
RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 18)	149	(1.312)
Receitas com imóveis de renda	171	162
Despesas com imóveis destinados a renda	(22)	(22)
Redução ao valor recuperável	-	(1.452)
RESULTADO OPERACIONAL	225.421	275.406
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES (Nota 18)	(67)	(88)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	225.354	275.318
Imposto de renda (Nota 10.C)	(54.622)	(66.824)
Contribuição social (Nota 10.C)	(35.024)	(41.785)
Participação sobre o lucro	(3.498)	(3.338)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	132.210	163.371
Quantidade de ações	324.000.000	324.000.000
Lucro líquido por ação	0,4081	0,5042

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Reclassificado	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	132.210	163.371
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	132.210	163.371

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Reserva de						
	capital		Reservas de lucros				
	Capital	Doações e	Reserva	Outras reservas		Lucros	
	social	subvenções	legal	de lucros	Total	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	79.054	7.552	15.811	141.291	157.102	-	243.708
Pagamento de dividendos							
complementares exercício 2011	-	-	-	(81.635)	(81.635)	-	(81.635)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	163.371	163.371
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos Antecipados	-	-	-	-	-	(90.054)	(90.054)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	65.000	65.000	(65.000)	-
Constituição de Reservas de Lucros	-	-	-	8.317	8.317	(8.317)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	79.054	7.552	15.811	132.973	148.784	-	235.390
Pagamento de dividendos							
complementares exercício 2012	-	-	-	(65.000)	(65.000)	-	(65.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	132.210	132.210
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Dividendos mínimos propostos - 25%	-	-	-	-	-	(33.052)	(33.052)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	66.948	66.948	(66.948)	-
Proposta para aumento de capital	-	-	-	32.210	32.210	(32.210)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	79.054	7.552	15.811	167.131	182.942	-	269.548

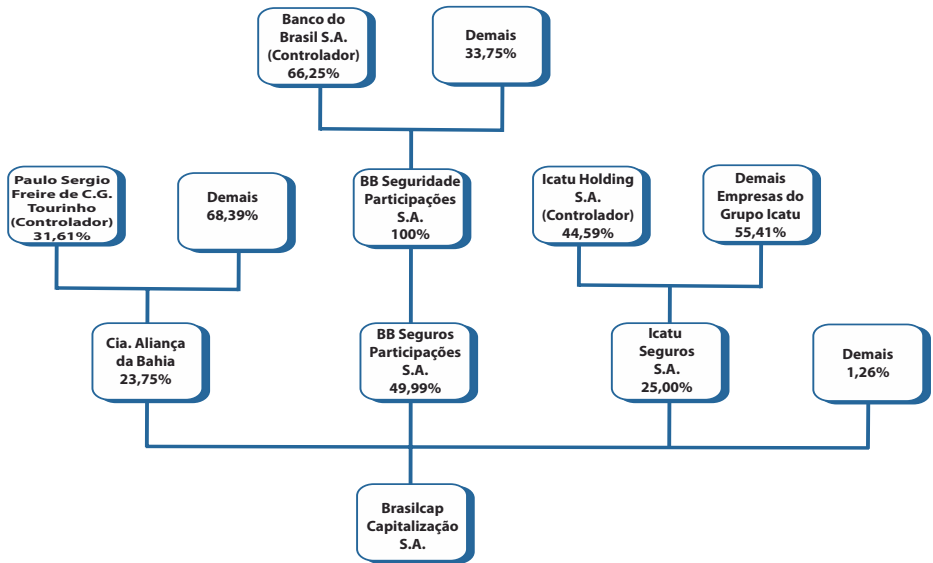
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilcap Capitalização S.A., denominada "Companhia" ou "Brasilcap", é uma sociedade por ações, sediada no Rio de Janeiro, situada à Rua Senador Dantas, 105 - 9º e 10º andares, Centro, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a comercializar planos de capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização. A Companhia iniciou suas atividades em julho de 1995 e opera em todas as unidades da federação, sendo o principal canal de distribuição a rede de agências do Banco do Brasil acionista controlador da BB Seguros e Participações S.A.

A Brasilcap Capitalização S.A. tem como principais acionistas (Ações Ordinárias - ON), a BB Seguros e Participações S.A. com 49,99%, Icatu Seguros S.A. com 25,00%, Companhia de Seguros Aliança da Bahia com 23,75% e demais acionistas com 1,26%. A composição acionária completa, incluindo as ações preferencias está demonstrada na Nota Explicativa nº 16.1.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da própria SUSEP, vigentes na data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Em 01 de março de 2013, a SUSEP emitiu a Circular Nº 464, que, dentre outros assuntos, altera o plano de contas, modelos de divulgação das demonstrações financeiras e informações mínimas para notas explicativas, contidas nas Circulares SUSEP Nº 430, de 05 de março de 2012. Nas presentes demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com data-base de 31 de dezembro de 2012, assim com as demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa da Companhia estão apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras foram aplicados em sua elaboração (Vide nota 3). Em atendimento à legislação em vigor, demonstramos os valores reclassificados no ativo circulante referente à conta de créditos das operações de capitalização e créditos tributários e previdenciários, na data-base em 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

Ativo	31/12/2012		Ajuste (Reclassificado)	
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Circulante	5.076.998	(34.156)	5.042.842	
Créditos das Operações de Capitalização	-	1.237	1.237	
Outros Créditos	-	519	519	
Títulos e Créditos a Receber	36.515	(35.912)	196	
Títulos e Créditos a Receber	1.790	(1.756)	34	
Créditos tributários e previdenciários	34.318	(34.156)	162	
Ativo não circulante	2.203.740	-	2.203.740	
Total	7.280.738	(34.156)	7.246.582	
31/12/2012				
Passivo	31/12/2012	Ajuste (Reclassificado)		
Circulante	6.587.006	(34.156)	6.552.850	
Contas a pagar	127.936	(34.156)	93.780	
Passivo não Circulante	458.342	-	458.342	
Patrimônio Líquido	235.390	-	235.390	
Total	7.280.738	(34.156)	7.246.582	

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todas as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião datada de 30 de janeiro de 2014.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC, SUSEP E CNSP requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados às provisões técnicas, ao valor justo dos instrumentos financeiros, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração de demais saldos sujeitos a esta avaliação e dos impostos diferidos. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, e o reconhecimento contábil de efeitos que, porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisões técnicas (vide notas nº 3.9 e 15);
- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota nº 6);
- Avaliação pelo custo amortizado das provisões judiciais (vide notas 3.10 e 11); e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (vide nota nº 10).

2.6. Gestão de capital

Na gestão do capital, a Companhia observa a alocação de capital baseado em risco, conforme definido nas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 228/10 (Risco de Crédito), nº 283/13 (Risco Operacional) e nº 284/13 (Risco de Subscrição) e nº 302/13 (antiga 282/13), tendo como objetivo manter o PLA – Patrimônio Líquido Ajustado acima do CMR – Capital Mínimo Requerido. Nas últimas datas-base a solvência da Companhia apresentava-se conforme o quadro abaixo:

Exigência de Capital Mínimo Requerido	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido Ajustado	291.838	224.776
Capital Base (A)	10.800	10.800
Capital Adicional de Crédito (B)	165.564	159.158
Exigência de Capital até 31/12/2013 (C = máximo entre A e B)	165.564	169.958
Suficiência (+) / Insuficiência (-) R\$ mil	126.274	54.818
Suficiência (+) / Insuficiência (-) do PLA - % CMR	76,3%	32,3%
Parcelas de Capital para adequar até 31/12/2013	-	-
Capital Adicional de Subscrição (D)	48.969	41.477
Capital Adicional Operacional (E)	21.953	11.495
Benefício da correlação entre riscos (F)	(19.810)	(17.188)
Exigência de Capital a partir de 31/12/2013 (C+D+E+F)	216.676	205.742
Razão entre CMR e PLA - %	134,7%	109,3%
Suficiência (+) / Insuficiência (-) R\$ mil	75.162	19.034
Suficiência (+) / Insuficiência (-) do PLA - % CMR	34,7%	9,3%

Obs.: O Valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) está demonstrado na nota explicativa nº 17 e foi calculado conforme Resolução CNSP 222/10.

O conceito de solvência está presente na Resolução CNSP 302/13 e corresponde ao percentual do capital que excede ao exigido por aqueles normativos.

Para o exercício de 2012, as normas vigentes à época não incluíam exigência de capital para os riscos de Subscrição e Operacional, que constam desta Nota apenas para efeito comparativo. A exigência de capital equivalia à soma do capital base com o capital adicional de crédito.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

As receitas de Capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de Produto de Pagamento Único (PU) ou do 1º parcela de Produto de Pagamento Mensal (PM) ou Periódico (PP) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou PP. O reconhecimento das despesas de provisão matemática para resgates, provisão para sorteio e demais custos de aquisição necessários à comercialização dos títulos, acompanham a forma de contabilização da receita. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas nas competências, sendo estimadas com base nas taxas de juros e atualizações monetárias contratadas. A Companhia por meio de estudo técnico, comprovou que não há necessidade de diferir as receitas de títulos de pagamento único - PU, uma vez que as despesas residuais subsequentes à emissão dos títulos são irrelevantes.

3.1.2. Balanço patrimonial

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.2. Instrumentos financeiros

• Classificação e mensuração

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 e 46, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que tenham objetivo de cumprir pagamentos de curto prazo. Limites de créditos bancários que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

• Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários, adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

• Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Brasilcap possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

• Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros representados pelos títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções, swaps e contratos futuros.

3.3. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição deduzido quando aplicável, de provisão para eventuais perdas na sua realização.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se houver.

A administração, com base no histórico de perdas da Companhia para atendimento ao CPC 01, aprovado pela Circular Nº 464/2013, entende que não há indicadores de perda do valor recuperável dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação aplicadas estão ligadas à vida útil econômica dos bens.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Intangível

Os itens do ativo intangível são representados por gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas, sendo amortizados por um prazo de 5 anos, a partir da data de sua utilização.

3.7. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes foram calculadas considerando para o IRPJ a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano, e para a CSLL a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda.

As provisões para imposto de renda e para contribuição social diferidos são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para resgate é constituída para cada título em vigor ou suspenso enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título e abrange a parcela dos valores arrecadados com aplicação das respectivas cotas de capitalização. É calculada a partir da emissão da parcela única ou primeira parcela do título de capitalização ou a partir da informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas. Mensalmente é capitalizada pela taxa de juros definida no plano e atualizada pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.2. Provisão para resgates (PR)

As provisões para resgate de títulos vencidos e antecipados são constituídas pelos valores de saldo de resgate dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na atualização do saldo de resgate dos títulos, que equivale ao saldo da provisão matemática para resgates na data do evento gerador, atualizado pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança, conforme definida no plano, até a data do efetivo pagamento do valor resgatado ao titular. Entende-se como data do evento gerador, no caso de títulos vencidos, a data de final de vigência e, para títulos antecipados, a data de solicitação de resgate ou a data de cancelamento após o prazo de suspensão.

3.9.3. Provisão para sorteio a realizar (PSR)

Os valores destinados à constituição da provisão para sorteio a realizar foram calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, e a baixa da provisão de sorteio a realizar foi registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. A metodologia de cálculo desta provisão consiste na acumulação de aportes que provêm de percentual(ais) de cota(s) de sorteio(s) aplicáveis sobre o(s) pagamento(s), conforme estabelecido(s) no plano, e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Essa provisão é mensalmente capitalizada pela respectiva taxa de juros e/ou atualizada pelo índice de atualização do plano.

3.9.4. Provisão para sorteio a pagar (PSP)

A metodologia de cálculo desta provisão consiste na constituição dos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios, no período entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação, atualizados monetariamente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança.

3.9.5. Outras provisões - Provisões para Bônus e Provisões para Insuficiência de Sorteios

Atualmente estas provisões abrangem valores relativos à distribuição de bônus, sendo especificamente na Brasilcap, relativos à Provisão de Contingência de Fidelização e Provisão de Renda Variável, e também valores relativos à insuficiência de Sorteios.

A contingência para sorteios tem sido revertida desde 01 de janeiro de 2013, pelo valor obtido da diferença negativa entre o valor da baixa mensal da provisão de sorteios a realizar e o valor do sorteio contemplado no mês.

A provisão de fidelização, ou "bônus", tem como objetivo garantir a distribuição de bônus aos clientes que permanecerem até o fim da vigência dos títulos de capitalização que em nota técnica atuarial possuam esta previsão. A metodologia de cálculo da provisão de bônus consiste no acúmulo de rendas mensais que provêm de 50% (metade) da atualização da provisão matemática para capitalização.

A provisão de renda variável, representa uma parte do resgate do título de capitalização vinculada a um fundo de investimento em ações. A sua variação é constituída pelos aportes mensais e pela oscilação das cotas do respectivo fundo. A metodologia de cálculo da provisão de renda variável consiste no acúmulo de aportes que provêm de percentual (ais) aplicável (eis) sobre o(s) pagamento(s), que são convertidos em cotas do fundo de ações, na data estabelecida no plano, sofrendo a variação dos índices referentes a essas cotas.

3.9.6. Prescrição de títulos de capitalização

A Companhia movimenta, nas provisões para resgates de títulos vencidos, antecipados e de sorteio a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo às disposições previstas no Código Civil.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica Outros Débitos - Provisões Fiscais, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Depósitos

A tabela a seguir mostra as análises realizadas nas últimas datas-base:

Fluxo data base: 31/12/2013	Valores em R\$ mil									
Descrição do fluxo	jan-jun 2014	jul-dez 2014	jan-jun 2015	jul-dez 2015	jan-jun 2016	jul-dez 2016	jan-jun 2017	jul-dez 2017	jan-jun 2018	jul-dez 2018
Fluxo de Caixa dos Ativos	1.792.910	1.578.797	1.832.349	807.239	1.430.483	1.397.163	771.771	144.495	155.583	1.752.850
Recebimentos das Demais Parcelas.....	746.934	578.689	415.264	302.012	194.691	129.292	74.845	45.588	25.710	6.959
Fluxo de caixa do Passivo (Exigibilidades)	(1.889.772)	(1.664.136)	(1.846.972)	(1.475.105)	(2.324.988)	(1.999.288)	(475.061)	(286.840)	(327.308)	(237.033)
Caixa Líquido - Primário	650.072	493.350	400.641	(365.854)	(699.814)	(472.833)	371.555	(96.577)	(146.015)	1.522.776
Caixa Anterior + Remuneração	37.164	735.509	1.291.229	1.793.483	1.540.190	887.854	97.029	860.026	800.049	722.043
Saldo de Caixa	687.236	1.228.859	1.691.870	1.427.629	840.376	415.021	848.584	763.269	654.034	2.244.819
Fluxo data base: 31/12/2012	Valores em R\$ mil									
Descrição do fluxo	jan-jun 2013	jul-dez 2013	jan-jun 2014	jul-dez 2014	jan-jun 2015	jul-dez 2015	jan-jun 2016	jul-dez 2016	jan-jun 2017	jul-dez 2017
Fluxo de Caixa dos Ativos	1.418.125	413.180	884.008	960.297	1.109.297	240.701	702.154	1.266.355	262.305	157.631
Recebimentos das Demais Parcelas.....	3.062.585	3.236.737	746.934	578.689	415.264	302.012	129.292	129.292	74.845	45.588
Fluxo de caixa do Passivo (Exigibilidades)	(1.909.441)	(1.826.043)	(1.889.772)	(1.664.136)	(1.846.972)	(1.475.105)	(2.324.988)	(1.999.288)	(475.061)	(286.840)
Caixa Líquido - Primário	2.571.269	1.823.874	(258.830)	(125.150)	(322.411)	(932.392)	(1.428.143)	(603.641)	(137.911)	(83.621)
Caixa Anterior + Remuneração	29.702	2.699.094	4.696.074	4.599.017	4.632.634	4.486.878	3.749.829	2.408.151	2.211.672	2.545.674
Saldo de Caixa	2.600.971	4.522.968	4.437.244	4.473.867	4.310.223	3.554.486	2.321.686	1.804.510	2.073.761	2.462.053

Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente.

As provisões para as ações judiciais de natureza civil e trabalhista, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente de acordo com a avaliação do departamento jurídico e consultores externos.

3.11. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das demonstrações financeiras, a provisão é limitada ao dividendo obrigatório. Os dividendos adicionais da Companhia são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos na Companhia contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, legal e operacional.

O modelo de governança de riscos corporativos adotado pela Companhia envolve estrutura de comitês que, em conjunto, contam com a participação de representantes dos sócios, presidente, diretor financeiro e gerentes de diversas áreas da Companhia. Atualmente esta estrutura é composta dos seguintes órgãos:

- a. Comitê Financeiro
- b. Comitê de Auditoria
- c. Comitê de Produto

Por princípio e observância das melhores práticas de gestão de riscos, a estrutura e processos de governança contemplam os seguintes aspectos:

- Segregação de funções: negócio x risco;
- Estrutura específica para avaliação e monitoramento de riscos;
- Decisões colegiadas;
- Normas de Gestão de Investimentos e de Riscos em documento institucional interno; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

4.2. Processo de gestão de riscos

A Companhia considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação: fase de coleta e análise dos dados. Nessa etapa, são analisados os riscos e propostas as ações de mitigação, que são encaminhadas para discussão e deliberação no Comitê Financeiro e, se necessário, no Conselho de Administração;

Decisão: as decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;

Execução: as áreas intervenientes aplicam as decisões tomadas, sob a coordenação da Área de Riscos ou de Controles Internos;

Acompanhamento/Gestão: é o controle realizado pela Área de Riscos, avaliando o cumprimento das deliberações e seus impactos na Companhia, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (Diretor Financeiro ou Comitê Financeiro). O controle diário e relatórios mensais sobre risco têm por objetivo proporcionar maior agilidade e eficiência na tomada de decisões, bem como o aprimorar o processo de gestão da Companhia.

AAuditoria Interna é responsável por analisar e emitir relatórios periódicos sobre os processos e riscos da Companhia. Os pontos identificados pelos auditores poderão gerar ações administrativas e gerenciais, para tratamento das causas e efeitos de cada risco observado, correção e melhoria de processos.

Planos de Ação, de Contingência e de Continuidade do Negócio: A Gerência de Controles Internos da Companhia é responsável pelo acompanhamento dos pontos de controle e pontos de auditoria, que requerem ações periódicas regulares ou extraordinárias. É a principal responsável pela elaboração e manutenção dos planos de contingência e da gestão de continuidade do negócio.

4.3. Risco de mercado

4.3.1. Política de riscos de mercado

A política de riscos de mercado para todos os ativos financeiros e de utilização de instrumentos derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de ativos financeiros da Companhia, que inclui a política de *hedge* e de diversificação.

A Área de Riscos é responsável pelo acompanhamento e verificação do enquadramento da carteira às normas internas e externas e aos limites de exposição a risco aprovados pela Companhia. As informações sobre exposição para acompanhamento dos riscos, bem como eventuais desenquadramentos são reportados aos gestores das carteiras de investimentos, e à Alta Administração da Companhia. Os relatórios sobre a gestão de riscos são apresentados nas reuniões mensais do Comitê Financeiro.

Os riscos de mercado são acompanhados diariamente, através do *VaR – Value-at-Risk*, calculado por simulação histórica, para um dia útil, com nível de confiança de 95%.

Em complemento ao acompanhamento diário, são realizados mensalmente testes de estresse sobre os ativos marcados a mercado e trimestralmente, testes de sensibilidade, descritos nos tópico Teste de Sensibilidade nesta Nota Explicativa.

4.3.2. Exposição

A demonstração da exposição aos riscos de mercado da Companhia nos últimos períodos pode ser vista no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2013		31/12/2012	
Taxa de Juros Pré-Fixada.....	5.312.519	54,8%	3.101.112	46,3%
Derivativos p/ Hedge (Ajustes)	(1.118)	-	(49)	-
Taxa de Juros Pós-Fixada	2.771.422	28,6%	1.891.519	28,3%
Cupom de IPCA	1.616.510	16,6%	1.696.599	25,3%
TR Ativo	2.173	-	3.712	0,1%
Caixa / Compromissadas 1 dia.....	294	-	299	-
Total	9.701.800	100,0%	6.693.192	100,0%

Parte dos Ativos exposta à taxa de juros pré-fixadas encontra-se protegida contra variações de mercado por operações com derivativos para fins de *Hedge*, que alteram a exposição da carteira aos fatores de riscos de mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de Risco	31/12/2013		31/12/2012	
Taxa de Juros Pré-Fixada.....	5.312.519	54,8%	3.101.112	46,3%
Efeito do Hedge na exposição Pré-Fixada	(1.355.147)	(14,0)%	(656.765)	(9,8)%
Total Exposição ao Risco Pré	3.957.372	40,8%	2.444.347	36,5%
Taxa de Juros Pós-Fixada	2.771.422	28,6%	1.891.519	28,3%
Efeito do Hedge na exposição Pós-Fixada	1.355.147	14,0%	656.765	9,8%
Total Exposição ao Risco Pós	4.126.569	42,6%	2.548.284	38,1%

Os demais fatores de risco de mercado, tais como riscos de preços de *commodities* e riscos de câmbio, não estão presentes na carteira de ativos financeiros garantidores da Companhia.

4.3.3. Análise de sensibilidade

Para elaboração da análise de sensibilidade das posições passivas e ativas da Companhia,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

4.5. Risco de crédito

4.5.1. Política de risco de crédito

A Política aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada de forma a atender às restrições legais e ao gerenciamento da carteira de ativos. Atualmente, o limite de exposição ao risco de crédito de instituições privadas está definido em 30% dos ativos totais da Companhia, incluindo nessa exposição títulos de instituições financeiras e não financeiras.

4.5.2. Sistemas de mensuração

A Companhia avalia a perda esperada para a carteira de ativos, com base nas notas de *rating* e prazos dos títulos privados, conforme metodologia própria. A tabela a seguir mostra os percentuais esperados de *default* utilizados pela Companhia para avaliação desses riscos:

Tabela de Atribuição de Probabilidade de Default, por Rating e Prazo, Para Títulos de Renda Fixa Privados.							
Prazos (anos) X Rating	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC/C
1	0,02%	0,04%	0,10%	0,49%	0,74%	1,11%	1,66%
3	0,14%	0,28%	1,08%	3,88%	5,82%	8,73%	13,09%
5	0,34%	0,68%	2,27%	6,61%	9,91%	14,87%	22,30%
7	0,50%	1,00%	3,00%	7,92%	11,88%	17,82%	26,72%
30	0,92%	1,84%	4,44%	9,59%	14,38%	21,58%	32,36%

(*) *Escala de Rating Local* - A tabela acima mostra escala de risco de nível local (Brasil) utilizada para avaliação de risco de crédito privado da carteira de investimentos. A atribuição dessa classificação é realizada pela BB DTVM, empresa contratada como administradora dos fundos de investimentos e carteiras de ativos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra os valores estimados de *default*, para os títulos privados existentes na carteira de investimentos da Companhia, nas datas-bases de 31/12/2013 e 31/12/2012:

Rating	31/12/2013		31/12/2012	
	Exposição	Risco de Crédito	Exposição	Risco de Crédito
AAA	680.676	782	921.765	1.042
AA	519.101	2.055	511.488	2.074
A	188.093	1.650	172.953	2.365
Total Geral	1.387.870	4.487	1.606.206	5.481

O resultado dessa avaliação é acompanhado pelo Gestor de Investimentos e informado ao Comitê Financeiro em suas reuniões ordinárias e à Diretoria Financeira, oportunamente, quando da ocorrência de alterações na carteira.

4.5.3. Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, a Companhia adota uma postura conservadora e utiliza limites de exposição e de concentração restritivos, de forma a manter-se em conformidade com os limites indicados pela SUSEP, baseado no Capital Mínimo Requerido (nota 2.6) e dentro das melhores práticas de gestão de ativos.

4.5.4. Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do “apetite” de risco da Companhia e o estabelecimento de limites de exposição a risco de concentração e de perdas estimadas.

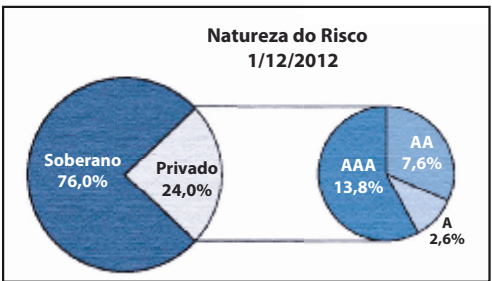
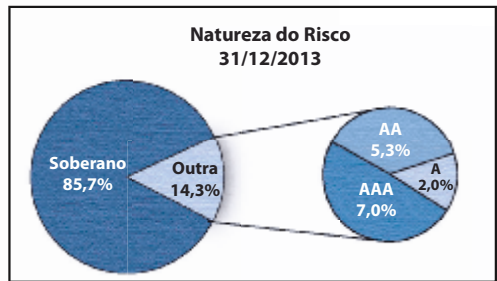
Conforme definido na Política de Investimentos, a Companhia possui limites de concentração para exposição ao risco de crédito, tanto por emissor quanto por tranches emitidas.

Nas últimas datas-base a Companhia possuía a seguinte proporção de títulos com risco de crédito:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos Públicos Federais	85,7%	76,0%
Títulos Privados	14,3%	24,0%

A política de investimentos da Companhia prevê aplicações financeiras apenas em empresas e títulos classificados com nota de *rating* na escala nacional de AAA até BBB, ou seja, com classificação na escala de investimento (*investment grade*), em conformidade com os normativos para o setor de seguridade, previdência e capitalização.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos títulos privados de acordo com a as notas de *rating* em escala nacional:



5. RISCO OPERACIONAL

5.1. Fases do processo de gerenciamento do risco operacional

A Área de Riscos é responsável pela identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais da Companhia. O processo de gestão inclui a utilização de software dedicado ao registro e avaliação de riscos operacionais e controles por área e por processo.

A Gerência de Controles Internos é responsável pela manutenção da qualidade dos controles internos e a certificação de práticas e produtos em conformidade com leis e normativos externos e normas internas. Para a otimização desta gestão, são utilizadas metodologias e ferramentas tais como Testes e Agentes de Conformidade, cursos de disseminação da cultura de controles internos, Auditorias Interna e Externa e Gestão de Continuidade de Negócios – GCN.

Quanto à Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), cabe ressaltar a existência de espaço físico reservado em local diferente do da sede da Companhia, incluindo hardware, mobiliário, documentação e treinamento de funcionários, objetivando mitigar o risco de uma parada involuntária de sistemas operacionais da Sede, assim como falta de acesso físico a ela, evitando uma paralisação prolongada dos principais processos críticos que possam gerar prejuízos à corporação.

6. APLICAÇÕES

6.1. Classificação da carteira

Conforme Circular SUSEP nº 464, de 01 de março de 2013, Artigo 21, § 2º - Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante.

A Companhia classifica suas aplicações da seguinte forma:

31/12/2013							
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
DPGE	19.538	12.954	-	-	32.492	32.492	0,33
Debêntures	55.721	28.288	10.658	748.960	843.627	843.627	8,63
Letra financeira	-	-	123.416	295.662	419.078	419.078	4,29
CRI	-	-	-	2.138	2.138	2.138	0,02
Fundo exclusivo de renda fixa	984.515	185.687	102.878	2.833.818	4.106.898	4.106.898	42,02
Fundo exclusivo de renda variável	71.249	-	-	-	71.249	71.249	0,73
Fundos não exclusivos	91.142	-	-	-	91.142	91.142	0,93
	1.222.165	226.929	236.952	3.880.578	5.566.624	5.566.624	56,95
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN	19.993	195.313	805.832	1.579.502	2.600.640	2.494.601	26,61
NTN-B	-	-	324.405	1.003.521	1.327.926	1.283.238	13,59
NTN-F	152.018	-	-	126.448	278.466	271.387	2,85
	172.011	195.313	1.130.237	2.709.471	4.207.032	4.049.226	43,05
Circulante	1.394.176	422.242	1.367.189	3.880.578	7.064.185	5.566.624	71,69
Não Circulante	-	-	-	2.709.471	2.709.471	4.049.226	28,31
Total da carteira	1.394.176	422.242	1.367.189	6.590.049	9.773.656	9.615.850	100,00
31/12/2012							
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
CDB	-	33.296	-	-	33.296	33.296	0,49
DPGE	-	201.708	46.139	-	247.847	247.847	3,67
Debêntures	43.120	22.719	24.194	783.533	873.566	873.566	12,94
Letra financeira	-	-	55.583	269.063	324.646	324.646	4,81
Nota promissória	-	-	20.752	-	20.752	20.752	0,31
CRI	-	-	-	3.582	3.582	3.582	0,05
Fundo exclusivo de renda fixa	526.978	303.807	122.036	2.205.729	3.158.550	3.158.550	46,80
Fundo exclusivo de renda variável	55.445	-	-	-	55.445	55.445	0,82
Fundos não exclusivos	103.267	-	-	-	103.267	103.267	1,53
	728.810	561.530	268.704	3.261.907	4.820.951	4.820.951	71,42
Títulos mantidos até o vencimento							
LTN	-	-	51.204	856.207	907.411	921.141	13,44
NTN-B	-	-	-	577.801	577.801	615.000	8,56
NTN-F	73.384	-	-	278.709	352.093	360.095	5,22
Fundo exclusivo de renda fixa	-	91.130	-	-	91.130	93.422	1,35
	73.384	91.130	51.204	1.712.717	1.928.435	1.989.658	28,57
Circulante	802.194	652.660	319.908	3.261.907	5.036.669	4.914.372	74,62
Não Circulante	-	-	-	1.712.717	1.712.717	1.896.236	25,38
Total da carteira	802.194	652.660	319.908	4.974.624	6.749.386	6.810.608	100,00

Conforme Circular SUSEP nº 464, de 01 de março de 2013, Artigo 21, § 2º - Os ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação deverão ser considerados no Ativo Circulante.

A capacidade financeira para a manutenção dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” é mensurada com base em estudos elaborados, nos quais são levados em consideração os fluxos das vendas, dos recebimentos das demais parcelas, dos vencimentos das provisões técnicas, bem como dos títulos e valores mobiliários.

6.2. Fundos de investimentos exclusivos

6.2.1. Composição do fundo de investimento renda fixa

31/12/2013							
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
LTN - 1 DIA	715.105	-	-	-	715.105	715.105	17,41
LFT - 1 DIA	288	-	-	-	288	288	-
Ajuste de DI FUTURO	-	(2)	(3)	(1.113)	(1.118)	(1.118)	-
LFT	-	29.475	29.477	955.951	1.014.903	1.014.903	24,71
LTN	133.950	156.214	73.381	1.765.344	2.128.889	2.128.889	51,83
NTN - F	135.178	-	-	113.625	248.803	248.803	6,05
TDA	-	-	23	11	34	34	-
Saldo de caixa	5	-	-	-	5	5	-
Outros Créditos	5	-	-	-	5	5	-
Valores a pagar	(16)	-	-	-	(16)	(16)	-
	984.515	185.687	102.878	2.833.818	4.106.898	4.106.898	100,00
Total	984.515	185.687	102.878	2.833.818	4.106.898	4.106.898	100,00
31/12/2012							
Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado							
LTN - 1 DIA	403.217	-	-	-	403.217	403.217	12,41
Ajuste de DI FUTURO	-	2	3	(54)	(49)	(49)	-
LFT	-	-	-	244.271	244.271	244.271	7,52
LTN	84.977	178.011	121.936	1.059.668	1.444.592	1.444.592	44,45
NTN - B	-	125.795	-	638.155	763.950	763.950	23,51
NTN - F	38.795	-	-	263.656	302.451	302.451	9,31
TDA	-	-	97	32	129	129	-
Saldo de caixa	2	-	-	-	2	2	-
Outros Créditos	1	-	-	-	1	1	-
Valores a pagar	(14)	-	-	-	(14)	(14)	-
	526.978	303.808	122.036	2.205.728	3.158.550	3.158.550	97,20
Títulos mantidos até o vencimento							
NTN - B	-	91.130	-	-	91.130	93.422	2,80
	-	91.130	-	-	91.130	93.422	2,80
Total	526.978	394.938	122.036	2.205.728	3.249.680	3.251.972	100,00

6.2.2. Composição do fundo de investimento renda variável:

31/12/2013							
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	%
Títulos							
LFT - 1 DIA	1.969	-	-	-	1.969	1.969	2,75
LTN - 1 DIA	220	-	-	-	220	220	0,31
NTN-B - 1 DIA	7.598	-	-	-	7.598	7.598	10,66
Ajuste de DI FUTURO	22	-	-	-	22	22	0,03
Saldo de caixa	4	-	-	-	4	4	0,01
Valores a receber	21	-	-	-	21	21	0,03
Valores a pagar	(1.088)	-	-	-	(1.088)	(1.088)	(1,53)
ALL AMER LAT	16	-	-	-	16	16	0,02
AMBEV	2.377	-	-	-	2.377	2.377	3,33
ANHANGUERA	25	-	-	-	25	25	0,04
B2W GLOBAL	11	-	-	-	11	11	0,02
BANCO DO BRASIL	1.639	-	-	-	1.639	1.639	2,30
BCO SANTANDER	37	-	-	-	37	37	0,05
BMF BOVESPA	1.699	-	-	-	1.699	1.699	2,38
BR MALLS	1.149	-	-	-	1.149	1.149	1,61
BR PROPERTIE	23	-	-	-	23	23	0,03
BRAD PART	23	-	-	-	23	23	0,03
BRADESCO	4.571	-	-	-	4.571	4.571	6,42
BRASCAN RES	12	-	-	-	12	12	0,02
BRASIL FOODS	2.021	-	-	-	2.021	2.021	2,84
BRASKEM	2.136	-	-	-	2.136	2.136	3,00
CCR RODOVIAS	1.803	-	-	-	1.803	1.803	2,53
CEMIG	1.395	-	-	-	1.395	1.395	1,96
CESP	16	-	-	-	16	16	0,02
CETIP	25	-	-	-	25	25	0,04
CIA EE PAUL	5	-	-	-	5	5	0,01
CIA HERING	27	-	-	-	27	27	0,04
CIELO	1.029	-	-	-	1.029	1.029	1,44
COPEL	1.238	-	-	-	1.238	1.238	1,74
COSAN	822	-	-	-	822	822	1,15
CPFL ENERGIA	16	-	-	-	16	16	0,02
CYRELA	1.185	-	-	-	1.185	1.185	1,65
DIAGN. AMERIC.	27	-	-	-	27	27	0,04
DURATEX S/A	20	-	-	-	20	20	0,03
ELETRORAS	43	-	-	-	43	43	0,06
ELETROPULO	22	-	-	-	22	22	0,03
EMBRAER	594	-	-	-	594	594	0,83
ENERGIAS	21	-	-	-	21	21	0,03
ESTÁCIO	816	-	-	-	816	816	1,15
FIBRIA CELUL	25	-	-	-	25	25	0,04
GAFISA	47	-	-	-	47	47	0,07
GERDAU	2.201	-	-	-	2.201	2.201	3,09
GERDAU MET	19	-	-	-	19	19	0,03
GOL LINHAS	25	-	-	-	25	25	0,04
HYPERMARCAS	1.857	-	-	-	1.857	1.857	2,61
ITAU UN. HOL	7.065	-	-	-	7.065	7.065	9,92
ITAUSA	88	-	-	-	88	88	0,12
JBS S/A	571	-	-	-	571	571	0,80
KLABIN	27	-	-	-	27	27	0,04
KROTON	31	-	-	-	31	31	0,04
LIGHT	1.361	-	-	-	1.361	1.361	1,91
LLX LOGISTIC	15	-	-	-	15	15	0,02
LOCALIZA	21	-	-	-	21	21	0,03
LOJ AMER	27	-	-	-	27	27	0,04
LOJAS RENNER	31	-	-	-	31	31	0,04
MARFRIG	14	-	-	-	14	14	0,02
MINERVA	1.322	-	-	-	1.322	1.322	1,86
MMX MINERAÇÃO	8	-	-	-	8	8	0,01
MR ENGENH.	890	-	-	-	890	890	1,25
NATURA	29	-	-	-	29	29	0,04
OI S/A	50	-	-	-	50	50	0,07
PÃO DE AÇÚCAR	553	-	-	-	553	553	0,78
PDG REALTY	49	-	-	-	49	49	0,07
PETROBRAS	6.405	-	-	-	6.405	6.405	8,99
PROVIDÊNCIA	118	-	-	-	118	118	0,17
ROSSI RESID	19	-	-	-	19	19	0,03
SABESP	32	-	-	-	32	32	0,04
SID NACIONAL	85	-	-	-	85	85	0,12
SOUZA CRUZ	24	-	-	-	24	24	0,03
SUZANO PAPEL	2.037	-	-	-	2.037	2.037	2,86
TELEF BRASIL	26	-	-	-	26	26	0,04
TIM PART S/A	41	-	-	-	41	41	0,06
ULTRAPAR	32	-	-	-	32	32	0,04
USIMINAS	4.268	-	-	-	4.268	4.268	5,99
VALE S/A	8.241	-	-	-	8.241	8.241	11,56
VANGUARDA	6	-	-	-	6	6	0,01
Total	71.249	-	-	-	71.249	71.249	100,01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Quotas de Fundos Exclusivos de Investimento					
Renda Fixa					
Operações compromissadas.....	-	715.393	715.393	-	403.217
LFT.....	-	1.014.903	1.014.903	-	244.271
LTN.....	-	2.128.889	2.128.889	-	1.444.592
NTN - B.....	-	-	-	-	763.950
NTN - F.....	-	248.803	248.803	-	302.451
TDA.....	-	34	34	-	129
DI FUTURO.....	(1.118)	-	(1.118)	(49)	-
Saldo de caixa.....	5	-	5	2	-
Outros Créditos.....	5	-	5	1	-
Valores a pagar.....	(16)	-	(16)	(14)	-
Total.....	(1.124)	4.108.022	4.106.898	(60)	3.158.550
Renda Variável					
Operações compromissadas.....	-	9.787	9.787	-	9.387
Ações.....	62.503	-	62.503	46.338	-
Ajuste de DI FUTURO.....	22	-	22	60	-
Saldo de caixa.....	4	-	4	12	-
Outros Créditos.....	21	-	21	1.073	-
Valores a pagar.....	(1.088)	-	(1.088)	(1.425)	-
Total.....	61.462	9.787	71.249	46.058	9.387
55.445					
Quotas de Fundos Não Exclusivos de Investimento					
Total da Carteira.....	60.338	5.506.286	5.566.624	45.998	4.774.953

6.5. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia adota instrumentos financeiros derivativos em contratos futuros de DI, nos fundos de investimentos exclusivos, com a finalidade de se proteger em relação às flutuações das taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2013, parte dos títulos públicos federais, no montante de R\$ 94.378 estava depositada como garantia de operações realizadas no BM&Fovespa S.A.. O quadro a seguir mostra a exposição da carteira às taxas de juros, exclusivamente para ativos marcados a mercado, com os respectivos contratos futuros de DI.

Somente títulos marcados a mercado					
31/12/2013					
Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)
LTN.....	jan/14	133.950	DI1F14 0001	jan/14	(49.982)
NTN-F.....	jan/14	135.178	-	jan/14	-
LTN.....	abr/14	156.215	DI1J14 0001	abr/14	(48.826)
LTN.....	jul/14	73.381	DI1N14 0001	jul/14	(23.834)
LTN.....	jan/15	103.839	DI1F15 0001	jan/15	(54.214)
NTN-F.....	jan/15	31.287	-	jan/15	-
LTN.....	abr/15	475.080	DI1J15 0001	abr/15	(364.930)
LTN.....	jul/15	264.283	DI1N15 0001	jul/15	(157.998)
LTN.....	jan/16	472.380	DI1F16 0001	jan/16	(377.212)
LTN.....	jul/16	266.640	DI1N16 0001	jul/16	(131.843)
LTN.....	jan/17	183.122	DI1F17 0001	jan/17	(130.745)
NTN-F.....	jan/17	43.460	-	jan/17	-
NTN-F.....	jan/18	38.879	DI1F18 0001	jan/18	(15.563)
2.377.694					(1.355.147)
1.022.547					

Somente títulos marcados a mercado					
31/12/2012					
Título	Vencimento do ativo	Volume ativo (Pré)	Contrato derivativo	Vencimento do Derivativo	Volume Deriv. (Pós)
LTN.....	jan/13	84.977	DI1F13 0001	jan/13	(70.481)
NTN-F.....	jan/13	38.795	-	jan/13	-
LTN.....	abr/13	178.011	DI1J13 0001	abr/13	(103.280)
LTN.....	jul/13	74.449	DI1N13 0001	jul/13	(68.646)
LTN.....	out/13	47.486	-	out/13	-
NTN-F.....	jan/14	138.513	DI1F14 0001	jan/14	(121.269)
LTN.....	jan/14	124.980	-	jan/14	-
LTN.....	abr/14	146.642	DI1J14 0001	abr/14	(9.168)
LTN.....	jul/14	69.251	-	jul/14	-
LTN.....	jan/15	81.752	DI1F15 0001	jan/15	(55.976)
NTN-F.....	jan/15	32.733	-	jan/15	-
LTN.....	abr/15	177.748	DI1J15 0001	abr/15	(42.159)
LTN.....	jan/16	181.269	DI1F16 0001	jan/16	(86.831)
LTN.....	jul/16	278.025	DI1N16 0001	jul/16	(60.418)
NTN-F.....	jan/17	48.165	DI1F17 0001	jan/17	(25.310)
NTN-F.....	jan/18	44.246	DI1F18 0001	jan/18	(13.228)
1.747.042					(656.766)
1.090.276					

O fundo exclusivo de renda variável em 31 de dezembro de 2012 possuía 130 contratos de derivativos (INDJ13 - IND FUTURO), de vencimento em 13/02/2013, com valor nocional de R\$ 7.967 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 9.387). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o fundo possuía 155 contratos de derivativos (INDG14-IND FUTURO), de vencimento em 12/02/2014, com valor nocional de R\$ 8.028 com objetivo de proteger parte dos recursos alocados em operações compromissadas (R\$ 9.567).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no Balanço Patrimonial, são os seguintes:

		31/12/2013		31/12/2012	
		Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos					
Ativos mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa.....	191	-	-	-	2.378
Ativos para negociação					
Aplicações financeiras (Nota 6.1).....	-	5.566.624	-	-	4.820.951
Ativos mantidos até o vencimento					
Aplicações financeiras (Nota 6.1).....	4.207.032	-	1.928.435	-	-
Empréstimos e recebíveis (I).....	16.880	-	1.237	-	-
Total dos Ativos.....	4.224.103	5.566.624	1.929.672	4.823.329	-
Passivos não financeiros não derivativos					
Fornecedores (Nota 14).....	9.323	-	8.632	-	-
Partes relacionadas (Nota 19).....	9.421	-	22.247	-	-
Total dos Passivos.....	18.744	-	30.879	-	-

(I) Os Empréstimos e Recebíveis compreendem as vendas de títulos de capitalização não recebidas até a data do balanço.

8. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para garantia das provisões técnicas foram oferecidos em cobertura os seguintes ativos:

		31/12/2013		31/12/2012	
		Provisões Técnicas		Provisões Técnicas	
Ativos Garantidores					
CDB.....	-	-	33.296	-	33.296
DPGE.....	32.492	-	247.847	-	247.847
Debêntures.....	843.627	-	873.566	-	873.566
Nota Promissória.....	-	-	20.752	-	20.752
CRI.....	2.138	-	3.582	-	3.582
Letra Financeira.....	419.078	-	324.646	-	324.646
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	1.297.335	-	1.503.689	-	1.503.689
LTN.....	2.600.637	-	907.411	-	907.411
NTN-B.....	1.327.929	-	577.801	-	577.801
NTN-F.....	278.466	-	352.093	-	352.093
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	4.207.032	-	1.837.305	-	1.837.305
Quotas de Fundo de Investimentos.....	4.268.681	-	3.407.642	-	3.407.642
Total dos Ativos Garantidores.....	9.773.048	-	6.748.636	-	6.748.636
Ativos Livres.....	284.350	-	290.059	-	290.059

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

		Reclassificado	
		31/12/2013	31/12/2012
Créditos de Títulos de Capitalização a receber.....	16.880	1.237	1.237
	16.880	1.237	

Os Créditos de Títulos de capitalização a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

		Reclassificado	
		31/12/2013	31/12/2012
A vencer entre 1 e 30 dias.....	16.880	1.237	1.237
	16.880	1.237	

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, que são suficientemente capazes de absorvê-los. Referente aos demais créditos tributários registrados no ativo circulante, são oriundos das operações financeiras da Companhia, que serão utilizados de acordo com a legislação vigente.

		31/12/2013		31/12/2012	
Imposto de renda a compensar.....	1.743	-	162	-	162
IRPJ s/adições temporárias.....	50.967	-	37.630	-	37.630
CSLL s/adições temporárias.....	29.249	-	21.252	-	21.252
	81.959	-	59.044	-	59.044
Circulante.....	1.743	-	162	-	162
Não Circulante.....	80.216	-	58.882	-	58.882

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico.

Imposto de renda diferido	31/12/2013	31/12/2012
Montante das adições temporárias	203.867	150.519
Provisões fiscais	190.465	159.813
Provisões trabalhistas	464	190
Provisões cíveis	184	309
Provisões administrativas	1.148	265
Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	11.606	(10.058)
Alíquota (%)	25%	25%
Crédito tributário constituído	50.967	37.630
Créditos tributários constituídos - não circulante	50.967	37.630
b. Contribuição social diferida	31/12/2013	31/12/2012
Montante das adições temporárias	194.994	141.684
Provisões fiscais	174.728	144.077
Provisões trabalhistas	464	190
Provisões cíveis	184	309
Provisões administrativas	1.500	653
Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	11.605	(10.058)
Provisão para desvalorização de Incentivos Fiscais	6.513	6.513
Alíquota (%)	15%	15%
Crédito tributário constituído	29.249	21.252
Créditos tributários constituídos - não circulante	29.249	21.252
c. Resultado do período	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda		
Corrente	(68.955)	(73.363)
Diferido	13.337	6.517
Reversão de Exercícios Anteriores	996	-
Ajuste pela entrega da declaração	-	22
	(54.622)	(66.824)
Contribuição social		
Corrente	(43.020)	(45.710)
Diferido	7.996	3.890
Ajuste pela entrega da declaração	-	35
	(35.024)	(41.785)

Apresentamos a seguir a reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social nos períodos mencionados acima:

		31/12/2013	31/12/2012
a) Imposto de Renda			
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados		221.856	271.980
- Resultado antes dos tributos		225.354	275.318
- Participações dos empregados		(3.498)	(3.338)
2) Adições(exclusões) permanentes:		5.536	6.062
- Despesas/reversões não dedutíveis		5.536	6.062
3) Adições(exclusões) temporárias:		60.252	27.703
- Provisão para perdas em títulos e investimentos		-	1.452
- Provisão para passivo previdenciário.....		-	636
- Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	27.883	(3.867)	(3.867)
- Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	31.423	29.748	29.748
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007	54	(587)	(587)
- Outras adições(exclusões)	892	321	321
4) Base de cálculo dos encargos incidentes	287.644	305.745	305.745
5) Imposto de Renda:	68.955	73.363	73.363
- alíquota de 15%	43.147	45.862	45.862
- adicional de 10%	28.740	30.551	30.551
- incentivos fiscais	(2.932)	(3.049)	(3.049)
6) Alíquota efetiva	31,08%	26,97%	26,97%
b) Contribuição social			
		31/12/2013	31/12/2012
1) Resultado antes do IR e da CSLL, da despesa de JCP e após a participação dos empregados		221.856	271.980
- Resultado antes dos tributos		225.354	275.318
- Participações dos empregados		(3.498)	(3.338)
2) Adições(exclusões) permanentes:		5.416	5.051
- Despesas/reversões não dedutíveis		5.416	5.051
3) Adições(exclusões) temporárias:		59.530	27.703
- Provisão para perdas em títulos e investimentos		-	1.452
- Ajustes a valor justo de títulos e valores mobiliários	27.883	(3.867)	(3.867)
- Provisão para passivo previdenciário.....	-	636	636
- Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis	31.423	29.748	29.748
- Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/2007	54	(587)	(587)
- Outras adições(exclusões).....	170	321	321
4) Base de cálculo:			
- Para cálculo da alíquota de 15%.....		286.802	304.734
5) Contribuição Social:		43.020	45.710
- alíquota de 15%		43.020	45.710
6) Alíquota efetiva:		19,39%	16,81%

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Composição do imobilizado e intangível

ATIVOS			31/12/2013	31/12/2012	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	83	-	83	83
Edificações	4	482	(307)	175	196
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	10	1.042	(774)	268	365
Instalações	10	1.082	(684)	398	402
Veículos.....	20	344	(59)	285	201
Equipamentos de arrendamento mercantil - Lei nº 11638/2007 ...	20	10.827	(6.777)	4.050	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios.....	10 e 20	8.554	(5.188)	3.366	1.924
		22.414	(13.789)	8.625	8.638
ATIVOS					
	Taxa anual de amortização %	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível.....	20	23.944	(15.757)	8.187	9.173
		23.944	(15.757)	8.187	9.173
TOTAL		46.358	(29.546)	16.812	17.811

b. Movimentações do imobilizado e intangível no período

	Saldos Líquidos em 31/12/2012	Aquisições	Despesas de Depreciação/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldos Líquidos em 31/12/2013
Imóveis	279	-	-	(21)	258
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	365	16	(7)	(106)	268
Instalações	402	100	-	(104)	398
Veículos.....	201	266	(117)	(65)	285
Equipamentos de Leasing.....	5.467	1.072	-	(2.489)	4.050
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios.....	1.924	2.106	(92)	(572)	3.366
Intangível.....	9.173	2.309	(141)	(3.154)	8.187
TOTAL.....	17.811	5.869	(357)	(6.511)	16.812
	Saldos Líquidos em 31/12/2012	Aquisições	Despesas de Depreciação/ Baixas	Despesas de Depreciação/ Amortização	Saldos Líquidos em 31/12/2012
Imóveis	297	-	-	(18)	279
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	466	10	-	(111)	365
Instalações	465	44	-	(107)	402
Veículos.....	277	-	-	(76)	201
Equipamentos de Leasing.....	3.842	3.750	(82)	(2.043)	5.467
Equipamentos, Máquinas, Móveis e Utensílios.....	2.391	171	(6)	(632)	1.924
Intangível.....	10.126	2.165	-	(3.118)	9.173
TOTAL.....	17.864	6.140	(88)	(6.105)	17.811

14. CONTAS A PAGAR

	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações a pagar	48.442	13.570
Fornecedores a pagar	8.669	8.031
Juros sobre capital próprio a pagar	58	58
Dividendos a pagar.....	34.221	1.100
Participações nos lucros a pagar	3.466	2.048
Leasing a Pagar	1.374	1.732
Outras obrigações	654	601
Impostos e encargos sociais a recolher	1.832	864
IRRF de funcionários e terceiros	1.083	257
INSS e FGTS a recolher.....	560	448
Outros impostos	189	159
Encargos trabalhistas	2.262	2.048
Férias.....	1.691	1.531
Encargos sobre férias.....	571	517
Impostos e contribuições	45.235	55.205
Imposto de renda.....	27.900	35.263
Contribuição social.....	17.335	19.942
Outras contas a pagar.....	7.640	22.093
Taxa de administração da carteira	7.640	5.111
Taxa de Performance	-	16.668
Outras contas a pagar	-	314

15. PROVISÕES TÉCNICAS

a. Composição das provisões técnicas

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão Matemática	9.021.294	6.133.092
Provisão de Sorteios	224.121	118.833
Provisão para distribuição de bônus	70.752	63.171
Provisão para insuficiência de sorteios	11.765	36.628
Provisão para Resgate de Títulos	151.879	101.386
Provisão para Resgate de Sorteios	8.887	5.467
Total	9.488.698	6.458.577

b. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo anterior	6.458.577	4.992.695
(+) Constituições	5.546.928	3.532.904
(-) Resgate.....	(2.965.601)	(2.397.174)
(+) Atualização monetária	452.216	332.763
(-) Prescrição de títulos de capitalização.....	(3.422)	(2.611)
Saldo atual	9.488.698	6.458.577

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2013 está representado por 324.000.000 ações sendo 216.010.804 ordinárias e 107.989.196 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total Ações	Capital Total
BB Seguros Participações S.A.....	107.989.204	49,99	107.989.196	100,00	215.978.400	66,66
Cia. de Seguros Aliança da Bahia.....	51.292.002	23,75	-	-	51.292.002	15,83
Icatu Seguros S.A.....	54.010.798	25,00	-	-	54.010.798	16,67
Acionistas Minoritários.....	2.718.800	1,26	-	-	2.718.800	0,84
Total	216.010.804	100,00	107.989.196	100,00	324.000.000	100,00

16.2. Dividendos Pagos e distribuição do resultado do exercício.

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício em consonância com a legislação em vigor.

Em 08 de fevereiro de 2012 foram pagos os dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 81.635.

Em 07 de agosto de 2012, foram distribuídos e pagos dividendos intermediários, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2012 no valor de R\$ 90.054.

Em 04 de fevereiro de 2013, foram pagos os dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 65.000.

A Administração encaminhará aos acionistas, proposta de dividendos no valor de R\$ 100.000.

Abaixo demonstramos o cálculo da proposta de distribuição do resultado em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro Líquido do exercício.....	132.210	163.371
Proposta de distribuição do Lucro Líquido:		
Dividendos Obrigatórios (25%).....	(33.052)	(40.843)
Didendos Complementares	-	(49.211)
Dividendos Adicionais Propostos	(66.948)	(65.000)
Sub-Total	(100.000)	(155.054)
Constituição de Reservas de Lucros.....	-	(8.317)
Proposta de Aumento de Capital.....	(32.210)	-
Sub-Total	(32.210)	(8.317)
Lucro Líquido Distribuído.....	(132.210)	(163.371)

16.3. Reservas de capital

A reserva de capital corresponde ao saldo remanescente de subvenções de incentivos fiscais, desta forma, será mantido até a sua total destinação na forma prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

16.4. Reservas de lucros

• Reserva legal

É constituída, ao final do exercício social, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social, em conformidade às disposições da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social.

• Outras reservas de lucros.

Composta por reservas estatutárias destinadas ao reforço do capital circulante e aplicação em ativos, principalmente para garantir patrimônio líquido mínimo exigido à comercialização dos produtos da Companhia, em conformidade com o Estatuto Social e a legislação vigente e dividendos adicionais propostos pela administração a serem pagos por deliberação da Assembleia Geral.

16.5. Proposta de Aumento de Capital

Em atendimento ao artigo 199 da Lei 6404/76, em conformidade com a Lei 11638/07. A Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (AGO), proposta de aumento de capital no valor de R\$ 32.210.

17. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido	269.548	235.390
Despesas Antecipadas.....	(2.570)	(1.436)
Ativo Intangível	(8.187)	(9.173)
Obras de Arte	(5)	(5)
Patrimônio Líquido Ajustado	258.786	224.776

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	31/12/2013	31/12/2012
Custo de aquisição		
Corretagem.....	(281.908)	(48.146)
Custeamento de vendas.....	(151.923)	(212.326)
	(433.831)	(260.472)
Outras receitas e despesas operacionais		
Confecção e postagem de títulos	277	(2.723)
Prescrição de títulos de capitalização	3.422	2.611
Provisões para ações judiciais	109	17
Central de atendimento	(2.645)	(1.773)
Outras receitas/despesas.....	(1.915)	(646)
	(752)	(2.514)

Despesas administrativas

Pessoal próprio.....	(31.199)	(32.731)
Prestadores de serviços	(15.855)	(18.243)
Localização e funcionamento	(15.559)	(14.038)
Arrendamento mercantil e depreciação Lei -11.638/2007	(2.489)	(2.043)
Publicidade e propaganda.....	(2.504)	(4.062)
Publicações	(699)	(740)
Donativos e contribuições	(7.353)	(3.324)
Diversas.....	3.370	(451)
	(72.288)	(75.632)

Tributos

Pis.....	(4.745)	(3.144)
Cofins	(29.201)	(20.020)
Taxa de fiscalização - Susep.....	(1.409)	(1.409)
Outros.....	(2.108)	(198)
	(37.463)	(24.771)

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa - privados	128.310	143.752
Títulos de renda fixa - públicos.....	263.230	103.996
Quotas de fundos de investimento	241.540	360.433
Outras receitas	1.815	1.363
	634.895	609.544

Despesas financeiras

Quotas de fundos de investimento	(16.881)	-
Atualização monetária e juros das provisões técnicas.....	(452.216)	(332.762)
Taxa de administração da carteira	(76.787)	(85.501)
Outras despesas financeiras.....	(30.451)	(8.289)
	(576.335)	(426.552)

Resultado patrimonial

Receitas com imóveis de renda	171	162
Despesas com imóveis de renda	(22)	(22)
Redução ao valor recuperável.....	-	(1.452)
	149	(1.312)

Ganhos e perdas com ativos não correntes

Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(67)	(88)
	(67)	(88)

19. PARTES RELACIONADAS

Referem-se às operações com administradores e Companhias integrantes do grupo financeiro do Banco do Brasil S.A.. As operações realizadas no período correspondem a:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo.....	209	2.392
Banco do Brasil S.A.	185	2.372
Disponibilidades	185	2.372
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	9	6
Despesas - antecipadas - Seguros	9	6
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	1
Títulos e créditos a receber	-	1
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ.....	15	13
Títulos e créditos a receber	15	13
Passivo	9.421	22.247
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.....	878	24
Comissões a pagar.....	878	24
Banco do Brasil S.A. Banco de Investimentos.....	7.640	21.779
Contas a pagar	7.640	21.779
Banco do Brasil S.A.	217	61
Contas a pagar	217	61
Administradores	686	383
Contas a pagar	686	383

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado	(491.243)	(302.607)

Brasilveículos Companhia de Seguros S.A.....	(14)	(13)
Despesas administrativas.....	(14)	(13)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	(14)	(14)
Despesas administrativas.....	(14)	(14)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.....	(288.862)	(27.823)
Despesas de comercialização	(288.862)	(27.823)
Banco do Brasil S.A. Banco de Investimentos.....	(76.907)	(85.360)
Despesas financeiras	(76.907)	(85.360)
Banco do Brasil S.A.	(120.837)	(184.346)
Despesas de comercialização	(120.478)	(184.261)
Despesas administrativas.....	(359)	(85)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(316)	(292)
Despesas administrativas.....	(316)	(292)
Administradores	(4.464)	(4.921)
Despesas administrativas.....	(4.464)	(4.921)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ.....	171	162
Receitas patrimoniais	171	162

20. TAXAS DE CARREGAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

20.1 Carregamento

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, os principais produtos comercializados pela Companhia possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produtos PM	31/12/2013	31/12/2012
Produto	Cota de Carregamento	Cota de Carregamento
Ourocap 200 anos	10,79%	10,79%
Ourocap Empresa	9,26%	9,26%
Ourocap Flex/Estilo Flex	27,19%	27,19%
Ourocap Multichance	7,29%	7,29%
Ourocap Multisorte 24	4,35%	4,35%
Ourocap Multisorte 36	6,45%	6,45%
Ourocap Reserva	13,84%	13,84%
Ourocap Recompensa/Pop	11,26%	11,26%
Ourocap Torcida PM36	4,97%	-
Ourocap Torcida PM48	7,12%	-
Ourocap Torcida PM60	9,75%	-

Produtos PU	31/12/2013	31/12/2012
Produto	Cota de Carregamento	Cota de Carregamento
Cap Fiador (30 meses)	11,93%	11,93%
Ourocap Prêmio/Estilo Prêmio	-	12,38%
Ourocap Empresa Flex	18,70%	18,70%
Ourocap Torcida PU36	10,82%	-
Ourocap Torcida PU58	18,82%	-
Cap Fiador (15 meses)	6,17%	-
Cap Fiador Mais 12	5,74%	-
Cap Fiador Mais 15	7,12%	-

20.2. Comercialização

Índice de Comercialização	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de Pagamentos Únicos (PU)	7,22%	6,92%
Títulos de Pagamentos Mensais (PM)	4,59%	5,10%
Total	6,44%	6,02%

21. OUTROS ASSUNTOS

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

A Administração elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Brasilcap Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

O Conselho Fiscal da **BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II, III e VII, do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31/12/2013, tendo concluído, com base nesse exame e no Parecer dos Auditores Independentes, KPMG - Auditores Independentes, que referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Manifesta, ainda, com base no disposto no inciso III do artigo 163, da Lei 6.404/76, atualizada com a Lei nº 10.303/2001, seu parecer favorável à Proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, para destinação do lucro líquido do exercício de 2013; e a ratificação das deliberações do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, em reunião de **16/08/2013**, que decidiu pela retenção do lucro do 1º semestre/2013 e pela não distribuição de dividendos intermediários, naquele momento, de modo a assegurar a composição do

capital mínimo da Companhia, na forma requerida pelas novas regras publicadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e desta data - **30/01/2014**, de pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2013, a serem pagos, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, após a publicação do Balanço de 2013. Manifesta-se, também, favorável à Proposta da Diretoria - aprovada pelo Conselho de Administração - para Aumento do Capital Social, atualmente de **R\$ 79.054.426,87 (setenta e nove milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos)**, para **R\$ 111.264.117,06 (cento e onze milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, cento e dezessete reais e seis centavos)**, um aumento, portanto, de **R\$ 32.209.690,19 (trinta e dois milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e noventa reais e dezenove centavos)**, mediante a capitalização de parte do lucro do exercício, sem modificação do número de ações. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, cumulativas.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014

Antonio Carlos Dantas Mattos
Conselheiro

Eberson Carlos Costa
Conselheiro

José Carlos Reis da Silva
Conselheiro

Leonardo Giuberti Mattedi
Conselheiro

Romualdo Ceslinski
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO DO RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2013

O Comitê de Auditoria da Brasilcap Capitalização S.A. é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, subordinado ao Conselho de Administração da Companhia e constituído em conformidade com a Resolução Nº 118/2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Durante o exercício de 2013, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, como previsto na legislação e no seu regimento interno; reuniu-se periodicamente com o Conselho de Administração, Presidente e administradores das diversas áreas da Companhia e com os responsáveis pelas auditorias interna e externa; e analisou relatórios e outros documentos com o objetivo de determinar como os riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados, monitorados e gerenciados. O Comitê tomou conhecimento dos planos de ação oriundos dos trabalhos da área de controles internos, que se mostraram eficazes na mitigação dos riscos não desejados, minimizando a possibilidade de

ocorrências de danos materiais e não conformidade com leis e regulamentos aplicáveis e está acompanhando o andamento dos trabalhos. O Comitê também avaliou a efetividade das Auditorias Externa e Interna da Companhia, cujos trabalhos foram acompanhados durante todo o exercício encerrado em 31/12/2013, atendendo aos objetivos a que se destinam. O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2013, elaboradas em conformidade com as instruções editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer, sem ressalvas, desta data, da KPMG Auditores Independentes, concluindo que tais documentos são adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais vigentes.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014

Jehferson Wohlerz de Mello
Coordenador do Comitê

Murilo Francisco Barella
Membro do Comitê

Alexandre Petrone Vilardi
Membro do Comitê

PARECER ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2013

De acordo com os princípios atuariais e legislações em vigor para o mercado de capitalização, atestamos que as provisões técnicas do exercício de 2013 da Brasilcap Capitalização S.A. se encontram adequadas e em conformidade com as suas Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e consistentes com o relatório de Avaliação Atuarial. Verificamos

também que não há necessidade de constituição de provisão administrativa, de acordo com os critérios adotados pela empresa e que a Provisão de Contingência de Sorteio será descontinuada até o fim do exercício de 2014, conforme normativos vigentes e com base em metodologia descrita na Avaliação Atuarial. Não há fatos relevantes a declarar.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2014

Jacqueline Marques Lana
MIBA 784

Gilberto Lourenço da Aparecida
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Paulo Rogério Caffarelli

CONSELHEIROS
Valdir Moysés Simão
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Sandro José Franco
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho

DIRETORIA

PRESIDENTE
Marcio Lobão

DIRETORES
Gilberto Lourenço da Aparecida
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

CONTADOR
Jairton Cardoso Guimarães
CRC-RJ 077462/O-4

ATUÁRIA
Jacqueline Marques Lana
MIBA 784

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2013

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	960.970			636.210		
Resultado operacional (RO)	225.421			275.406		
Folha de pagamento bruta (FPB)	15.053			15.461		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.093	13,90%	0,22%	2.158	13,96%	0,34%
Encargos sociais compulsórios	6.225	41,35%	0,65%	7.037	45,51%	1,11%
Previdência privada	316	2,10%	0,03%	291	1,88%	0,05%
Saúde	2.900	19,27%	0,30%	2.854	18,46%	0,45%
Segurança e medicina no trabalho	18	0,12%	0,00%	20	0,13%	0,00%
Educação	68	0,45%	0,01%	26	0,17%	0,00%
Cultura	170	1,13%	0,02%	187	1,21%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	212	1,41%	0,02%	313	2,02%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	162	1,08%	0,02%	149	0,96%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	3.498	23,24%	0,36%	3.338	21,59%	0,52%
Outros	571	3,79%	0,06%	629	4,07%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	16.233	107,84%	1,69%	17.002	109,96%	2,67%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	417	0,18%	0,04%	510	0,19%	0,08%
Cultura	1.622	0,72%	0,17%	2.508	0,91%	0,39%
Saúde e saneamento	372	0,17%	0,04%	93	0,03%	0,01%
Esporte	373	0,17%	0,04%	471	0,17%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	374	0,17%	0,04%	436	0,16%	0,07%
Total das contribuições para a sociedade	3.158	1,40%	0,33%	3.242	1,46%	0,63%
Tributos (excluídos encargos sociais)	148.443	65,85%	15,45%	143.786	52,21%	22,60%
Total - Indicadores sociais externos	148.443	65,85%	15,45%	143.786	52,21%	22,60%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	5.356	2,38%	0,56%	1.674	0,61%	0,26%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	5.356	2,38%	0,56%	1.674	0,61%	0,26%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	207			206		
Nº de admissões durante o período	29			28		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	245			247		
Nº de estagiários(as)	4			7		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	58			56		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	109			109		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	64%			57,69%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	43			48		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	12,00%			11,54%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	6			7		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,53			28,53		
Número total de acidentes de trabalho	2			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2807	no Procon 12	na Justiça 62	na empresa 3176	no Procon 20	na Justiça 80
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 75%	na Justiça 29%	na empresa 00%	no Procon 40%	na Justiça 15%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 297.486			Em 2012: 336.187		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	100,00%			100,00%		
Governo	42,73%			39,13%		
Colaboradores	11,66%			10,50%		
Acionistas	11,11%			18,92%		
Terceiros	1,17%			1,65%		
Retido	33,33%			29,80%		
7 - Outras Informações						
1 - Brasilcap Capitalização S/A - CNPJ: 15.138.043/0001-05 - Setor econômico: Seguro, Previdência e Capitalização - Rio de Janeiro - RJ						
2 - Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Ana Júlia de Vasconcelos Carepa - telefone: (21) 3804-2079 - email: rsa@brasilcap.com.br.						
3 - Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.						
4 - Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.						
5 - Este balanço social segue o modelo sugerido pelo IBASE.						
6 - O relatório Informações de Natureza Social e Ambiental foi objeto de revisão de Auditoria Independente, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - nº 1003/04.						
7 - Contador: Jairton Cardoso Guimarães CRC-RJ 077462/O-4.						